



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

ATA DA REUNIÃO INTERNA SOBRE OCUPAÇÕES IRREGULARES NO MUNICÍPIO ATENDENDO AO REQUERIMENTO Nº 46/2017 DE AUTORIA DOS VEREADORES JULIANO VASCONCELOS, BRUNO MÓL E ANTÔNIO MARCOS RAMOS DE FREITAS, REALIZADA NO DIA DEZ DE MAIO DE DOIS MIL E DEZESSETE (10-05-2017).

No dia dez de maio, na Câmara Municipal de Mariana, às quatorze horas e dezesseis minutos, os vereadores se reuniram com autoridades constituídas – atendendo ao requerimento nº46/2017 de autoria do vereador Juliano Vasconcelos, Bruno Mól Crivellari, Antônio Marcos Ramos de Freitas – assunto: ocupações irregulares no município. Foram justificadas as ausências dos vereadores Bruno e Antônio; da Excelentíssima Sra. Cirlane Maria Guimarães, Juíza da Primeira Vara de Mariana; da Excelentíssima Sra. Marcela Oliveira Decar Moura, Juíza da Segunda Vara da Comarca de Mariana; do Promotor de Justiça da Segunda Vara de Mariana Guilherme de Sá Meneghin; do Promotor de Justiça da Primeira Vara Antônio Carlos. Além dessas autoridades, foram convidadas Sra. Ana Cristina de Souza Maia, Titular do Cartório de Registro de Imóveis; representante do Prefeito Municipal de Mariana, o Secretário de Defesa Social Braz Luís de Azevedo; o Secretário de Meio Ambiente, Rodrigo Henrique Carneiro; Secretário de Obras e de Planejamento Urbano Nilton Lucena; o Chefe do Departamento Municipal de Trânsito Eliabe de Freitas Pereira. O Coordenador do Núcleo Operacional de Floresta, Pesca e Biodiversidade de Conselheiro Lafayette, Sr. Sérgio Luís Sanglard Zanute, não pode comparecer. Sr. José Dinei de Oliveira, Gerente da Mina de Passagem; Comandante da Polícia Militar de Minas Gerais, Capitão Giovanni Sebastião Mendes Comandante do Terceiro Agrupamento da Polícia Militar de Meio Ambiente; Sargento Edriano José Passarini. O Delegado Civil de Mariana Marcelo Teotônio de Castro, representado pelo policial civil Valterlei Arruda; o Gerente-Geral da Vale Rodrigo Arthur Gomes de Melo representado por Clézio Rodrigues, Vagner Fernandes, Fernanda Marques, José Roberto Júnior, Maria Glória. O vereador Juliano afirmou que a reunião teve sua origem nas diversas denúncias e informações vindas à Casa sobre a crescente ocupação irregular ocorridas no município. Muitas pessoas invadem por falta de condição econômica, de política pública, mas uma grande parcela invade e vende as áreas ocupadas. As próprias autoridades públicas incentivam esse tipo de atividade. Mariana se tornou um caso peculiar se comparado a outras cidades, parece ter tornado um hábito invadir depois de alguns anos. A Câmara quer buscar uma solução para o problema, coibir a prática de invasão e procurar uma punição. As reclamações são constantes da população. Muitos moradores de Bandeirantes, Padre Viegas e da sociedade civil como um todo têm cobrado uma posição do município, dos poderes constituídos. Registrou a presença dos vereadores Daniely Cristina Alves e Ronaldo Bento. O vereador Juliano quis saber quais atitudes as autoridades têm tomado. A vereadora Daniely disse que a questão se trata de interesse social. Muitas pessoas vêm para Mariana tentar a vida e algumas vezes com más intenções, sobrecarregando os serviços públicos da cidade. A vereadora assinalou que é preciso desenvolver políticas públicas, moradia popular, combater as pessoas oportunistas que vendem lotes às pessoas que muitas vezes não tem dinheiro e que no fim acabam perdendo o adquirido por ser irregular. A discussão sobre o assunto é um trabalho a longo prazo. A vereadora lamentou a ausência do judiciário. O vereador Ronaldo Bento disse que é importante trabalhar envolvendo



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

ATA DA REUNIÃO INTERNA SOBRE OCUPAÇÕES IRREGULARES NO MUNICÍPIO ATENDENDO AO REQUERIMENTO Nº 46/2017 DE AUTORIA DOS VEREADORES JULIANO VASCONCELOS, BRUNO MÓL E ANTÔNIO MARCOS RAMOS DE FREITAS, REALIZADA NO DIA DEZ DE MAIO DE DOIS MIL E DEZESSETE (10-05-2017).

No dia dez de maio, na Câmara Municipal de Mariana, às quatorze horas e dezesseis minutos, os vereadores se reuniram com autoridades constituídas – atendendo ao requerimento nº46/2017 de autoria do vereador Juliano Vasconcelos, Bruno Mól Crivellari, Antônio Marcos Ramos de Freitas – assunto: ocupações irregulares no município. Foram justificadas as ausências dos vereadores Bruno e Antônio; da Excelentíssima Sra. Cirlane Maria Guimarães, Juíza da Primeira Vara de Mariana; da Excelentíssima Sra. Marcela Oliveira Decar Moura, Juíza da Segunda Vara da Comarca de Mariana; do Promotor de Justiça da Segunda Vara de Mariana Guilherme de Sá Meneghin; do Promotor de Justiça da Primeira Vara Antônio Carlos. Além dessas autoridades, foram convidadas Sra. Ana Cristina de Souza Maia, Titular do Cartório de Registro de Imóveis; representante do Prefeito Municipal de Mariana, o Secretário de Defesa Social Braz Luís de Azevedo; o Secretário de Meio Ambiente, Rodrigo Henrique Carneiro; Secretário de Obras e de Planejamento Urbano Nilton Lucena; o Chefe do Departamento Municipal de Trânsito Eliabe de Freitas Pereira. O Coordenador do Núcleo Operacional de Floresta, Pesca e Biodiversidade de Conselheiro Lafayete, Sr. Sérgio Luís Sanglard Zanute, não pode comparecer. Sr. José Dinei de Oliveira, Gerente da Mina de Passagem; Comandante da Polícia Militar de Minas Gerais, Capitão Giovanni Sebastião Mendes Comandante do Terceiro Agrupamento da Polícia Militar de Meio Ambiente; Sargento Edriano José Passarini. O Delegado Civil de Mariana Marceló Teotônio de Castro, representado pelo policial civil Valterlei Arruda; o Gerente-Geral da Vale Rodrigo Arthur Gomes de Melo representado por Clézio Rodrigues, Wagner Fernandes, Fernanda Marques, José Roberto Júnior, Maria Glória. O vereador Juliano afirmou que a reunião teve sua origem nas diversas denúncias e informações vindas à Casa sobre a crescente ocupação irregular ocorridas no município. Muitas pessoas invadem por falta de condição econômica, de política pública, mas uma grande parcela invade e vende as áreas ocupadas. As próprias autoridades públicas incentivam esse tipo de atividade. Mariana se tornou um caso peculiar se comparado a outras cidades, parece ter tornado um hábito invadir depois de alguns anos. A Câmara quer buscar uma solução para o problema, coibir a prática de invasão e procurar uma punição. As reclamações são constantes da população. Muitos moradores de Bandeirantes, Padre Viegas e da sociedade civil como um todo têm cobrado uma posição do município, dos poderes constituídos. Registrou a presença dos vereadores Daniely Cristina Alves e Ronaldo Bento. O vereador Juliano quis saber quais atitudes as autoridades têm tomado. A vereadora Daniely disse que a questão se trata de interesse social. Muitas pessoas vêm para Mariana tentar a vida e algumas vezes com más intenções, sobrecarregando os serviços públicos da cidade. A vereadora assinalou que é preciso desenvolver políticas públicas, moradia popular, combater as pessoas oportunistas que vendem lotes às pessoas que muitas vezes não tem dinheiro e que no fim acabam perdendo o adquirido por ser irregular. A discussão sobre o assunto é um trabalho a longo prazo. A vereadora lamentou a ausência do judiciário. O vereador Ronaldo Bento disse que é importante trabalhar envolvendo



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

o executivo e demais autoridades para coibir o crescimento desenfreado de assentamentos irregulares. O crescimento de Mariana se baseia num crescimento irregular, há uns 30% por cento da área da cidade que realmente é planejado. Uma das soluções é que os próprios proprietários (empresas Vale e Mina de Passagem, por exemplo) poderiam atuar com muita ênfase e responsabilidade de uma forma a minimizar o crescimento desenfreado, paralelamente a isso, o município precisaria ter políticas públicas dando condições as pessoas de baixa renda adquirir a casa própria, além de combater os oportunistas como por exemplo muitas pessoas com poder aquisitivo alto assentadas em áreas irregulares. É preciso ter projetos como Minha Casa, Minha Vida. O vereador disse que é muito complicado derrubar casas, repreender, tirar as pessoas das áreas invadidas. Daí a importância de se trabalhar política preventiva, dando condições de as pessoas adquirirem suas casas. Depois desse plano de governo, começar a coibir de forma coerciva. O vereador disse que vê poucas ações de reintegração de posse por parte dos proprietários. É preciso tomar uma medida rápida. O secretário Braz apresentou locais de invasão como o bairro Cabanas, o distrito de Bandeirantes; já está sendo estendido para o distrito de Monsenhor Horta, Mina Del Rey (17 assentamentos); bairro Santa Clara, Camargos, condomínio Dandara, Magalhães (uma área do município já coibida); distrito de Padre Viegas (área da igreja com invasão já controlada); bairro Santa Clara, Santo Antônio e São Gonçalo. Os locais mais críticos e que estão sendo monitorados são o bairro Cabanas, o distrito de Bandeirantes e o loteamento de Mina Del Rey. As ações de coibição estão sendo feitas com o auxílio da Guarda Municipal, Polícia Militar, Civil e de Meio Ambiente além das secretarias de Meio ambiente e de Obras. Os terrenos invadidos pertencem às empresas Vale e Mina de Passagem, à Igreja e ao Município. Em 2015 foi feita uma audiência, envolvendo vários poderes constituídos e que na época foram traçados alguns planos de coibição. O Ministério Público entrou com uma ação pública contra as invasões e já foram feitos os cadastramentos dos invasores. Muitos agentes do município foram ameaçados de morte, foram feitas prisões em flagrantes e alertou que os invasores estão cada vez mais ousados. O secretário ressaltou que há famílias que realmente necessitam; nessa situação há o apoio da Secretária de Desenvolvimento Social que fornece o aluguel social. A estratégia de invasão mudou: há mutirão de pessoas que de um dia para outro constrói o barraco. A secretaria de defesa mudou também a estratégia alegando que as crianças estão expostas a locais de risco e caso, solicitando ajuda do conselho tutelar e os responsáveis que não queiram sair do local, é dado a voz de prisão, conduzindo a delegacia de Ouro Preto. Há a situação de alguns invasores que demarcam um lote, foi feito um mapeamento em que várias pessoas demarcam e vendem e muitos compram os lotes de boa-fé. Os invasores estão insistindo, acreditando que vão ficar. Muitos estão incentivando as invasões e tudo está sendo registrado e levado ao Ministério Público O secretário assinalou que há grupo de invasores que estão planejando novas invasões e acrescentou que elas estão praticamente sem controle. O secretário disse que todos os dias tem fiscalização. Nos finais de semana, são três pessoas de manhã e três à tarde. Durante a semana, há duas caminhonetes que ficam por conta das intervenções tendo o apoio da Guarda Municipal. O secretário disse que os materiais recolhidos nas invasões são depositados no almoxarifado central, caso o indivíduo queira recuperá-los, ele deve pagar uma multa. Com a palavra, o Gerente da Mina de Passagem, Sr. José Dinei, afirmou que a luta contra a invasão é diária nos terrenos da empresa, os invasores não respeitam cerca, os funcionários são



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

ameaçados. Em 2010-2012, foi cercado todo o bairro Cabanas, hoje não há nenhuma cerca mais; a área da Morada do Sol foi perdida em trinta dias. O sujeito invade e logo em seguida vende. A empresa não tem poder de polícia e tudo deve ser feito dentro da legalidade. Os invasores não têm medo. Sr. José disse que há uma reintegração de posse nos bairros Cabanas e Morada do Sol e com o aumento de famílias de invasão ficou mais difícil a reintegração. O Gerente disse que diariamente, às sete horas da manhã, funcionários percorrem todo o terreno da empresa fiscalizando. Há uma equipe de quatro a seis pessoas para fazer a retirada das demarcações e quando há resistência, a Guarda é comunicada, marca-se um horário e é retirado a demarcação. Com a palavra, Klésio, representante da empresa Vale, informou que além da vigilância ostensiva a empresa está fazendo o georreferenciamento definindo os limites dos seus imóveis. A companhia vai proteger as áreas que não foram invadidas, com instalação de placas e cercamento. Quanto à área recentemente invadida será feito o desposto imediato quando possível, quanto às invasões antigas será feita reintegração de posse. As equipes de vigilância da empresa sofrem ameaças, são impedidas de chegarem às áreas invadidas, de modo que atualmente o monitoramento é feito por drones. Diante disso, tanto para o desposto quanto para a reintegração é necessário o auxílio das autoridades públicas. Com a palavra, Sr. Vagner disse que há uma grande extensão de área Vale, para toda área há uma equipe de vigilância composta de veículos, de drones, de pessoas, que fazem ronda de 7 horas da manhã às 19 horas. A área da Vale sentido Bandeirantes vai até um certo limite da antiga linha férrea, a outra extensão já não pertence à empresa. A representante do jurídico da Vale, Fernanda esclareceu que em relação à área Cristal, entre a linha férrea e o córrego Ribeirão do Carmo, não foi tomada nenhuma atitude de judicialização, pois antes a Vale não reconhecia essa faixa como parte de sua propriedade, fato que ficou confirmado após uma criteriosa análise interna. Antes de uma atitude judicial é preciso identificar os invasores, para isso é necessário a polícia. Para sua eficácia, a empresa precisará de uma liminar permitindo a possibilidade de demolição, de imposição de multa diária, de modo a coibir os invasores. O vereador Ronaldo disse que há uma inércia da empresa, o que consagraria o direito dos invasores depois de 5 anos ter direito a posse. Sr. Klésio afirmou que existem pessoas que podem ter o usucapião, mas a maioria ainda não tem esse direito. As invasões têm no máximo dois anos. O vereador Ronaldo disse que é preciso responsabilidade e celeridade por parte das empresas de forma a coibir o crescimento das invasões. Sr. Vagner ressaltou que a solução para o problema é uma ação conjunta. A empresa não está omissa no quesito fiscalização, já houve várias tentativas de invasões que foram coibidas pela equipe da empresa com a ajuda da polícia. Na operação, é lavrado um Boletim de Ocorrência, faz-se o desposto possessório. O vereador Juliano disse que é preciso ter atitude, as pessoas veem o cercamento na linha sentido Bandeirantes, mas ninguém toma uma atitude de tirar essas demarcações numa área em que há o trajeto para a prática de ciclismo, que daqui um tempo não terá mais passagem pelo local. O vereador pediu aos proprietários ações necessárias, concretas no momento que as pessoas fazem o cercamento. O vereador se posicionou contrário à invasão. O vereador Ronaldo afirmou que é preciso dar condições de as pessoas terem a casa própria e repeliu os oportunistas. Ainda, o vereador disse que as empresas acabam ficando inertes e deixando as invasões para depois reaver do município uma compensação forçada. A vereadora Daniely disse que não se pode culpar apenas os proprietários de terra e que existem nas áreas invadidas pessoas muito violentas. Como



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

cidadã, a vereadora disse que o poder público, vereadores e prefeitura, contribui muito com as invasões como, por exemplo, doação de materiais para pessoas que não têm a mínima condição de ter lote, sabe-se que estão invadindo áreas irregulares. No bairro Morada do Sol, por exemplo, os barracos estão com caixas azuis padronizadas. A vereadora ressaltou que é um grande problema, não se pode apontar apenas para um. O vereador Ronaldo disse que na assistência social há critérios para concessão de materiais, as pessoas são encaminhadas e caso preencham o perfil de vulnerabilidade ganham o material. Porém muitas pessoas colocam endereço errado para aquisição, o que faz com que o município muitas vezes erre sem saber. A vereadora assinalou que erra sabendo que está errando, houve atendimentos da assistência para áreas irregulares. O secretário de Meio Ambiente, Sr. Rodrigo, disse que o problema de invasão é grave, a secretaria tem notificado e repassado aos órgãos competentes e esclareceu que a secretaria não tem poder de polícia. O secretário de Obras, Sr. Nilton, afirmou que a secretaria dá o suporte técnico para as secretarias envolvidas. O policial Arruda assinalou que é preciso trabalhar com a prevenção, pois tirar os invasores é muito complicado. O ministério público teria grande valia na reunião, deveria ter algum representante. O policial Giovanni assinalou que vem atuando em apoio aos demais órgãos, houve prisões em flagrantes. Se há demanda, a polícia é acionada. Com a palavra, Assessor do vice-prefeito Rodolfo afirmou que está sendo trabalhado o código de postura e o de obras de modo a fornecer ferramentas de fiscalização. Há na prefeitura um banco de dados de identificação das pessoas invasoras recorrentes. Sr. Stoppa, da Defesa Social, sugeriu uma reunião com o judiciário para debater as invasões. O guarda Maurício comentou a dificuldade de combater as ocupações irregulares, há crimes e traficantes dentro das invasões. O secretário Braz pediu aos proprietários para trabalharem juntos com o município e acrescentou que há poucas ações do judiciário e solicitações de liminar. O secretário informou o contato para denúncias contra invasões: 153, Guarda Municipal, e 190 da Polícia Militar. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dezesseis horas e dez minutos. E para constar, lavrou-se a presente Ata que lida e aprovada por todos os vereadores presentes será assinada.